



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

EMENDA Nº - CMMPV 1216/2024
(à MPV 1216/2024)

Dê-se nova redação ao inciso I do § 1º do art. 3º-B da Lei nº 14.042, de 2020, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 3º-B.

§ 1º

I – prazo de carência de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 36 (trinta e seis) meses;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.216 dispõe sobre medidas para o enfrentamento dos impactos negativos na atividade econômica do Estado do Rio Grande do Sul dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024.

Foram previstas medidas para incentivar o crédito a custos adequados e com garantia pública para possibilitar que os empreendedores afetados sejam capazes de administrar suas necessidades e compromissos financeiros, especialmente durante o período de impacto mais intenso em suas atividades econômicas.

Dentre outras medidas, a MP 1216 prevê a ampliação do período máximo de carência para as operações garantidas pelo Fundo de Garantia de Operações – FGO e pelo Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia – Peac-FGI para 24 meses.



O objetivo da emenda que ora apresentamos é elevar o prazo máximo de carência nas operações garantidas pelo FGO e pelo Peac-FGI de 24 meses para 36 meses, mesmo prazo da proposta do Governo Federal para a suspensão da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul no Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública, reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União, e dá outras providências.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares e do relator da matéria, no sentido de acatar a emenda aqui proposta.

Sala da comissão, 15 de maio de 2024.

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)

